

Agosto feminista em Brasília: Margaridas, indígenas e parlamentares afirmando direitos de mulheres¹

*Feminist august in Brasilia: Daisies, indigenous and
parliamentarians affirming women's rights*

Gabriela Falcão*

*. Jornalista, cientista social, doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco e militante do Fórum de Mulheres de Pernambuco e da AMB. <https://orcid.org/0000-0003-4335-2404>. gfalcaoalmeida@gmail.com

O lema pós-eleição presidencial de 2018 no Brasil, “Ninguém solta a mão de ninguém”, era sinônimo de que, se o país estava caminhando para uma série de aprofundamentos de ameaças e retrocessos aos direitos conquistados, dentre eles os de minorias políticas ou, como também se diz em espaços de militância, maiorias silenciadas, como mulheres, população negra e LGBT, haveria também muita resistência e isso passaria pela dimensão coletiva, das lutas sociais. Nesse contexto, Brasília viveu entre os dias 09 e 15 de agosto de 2019 uma semana histórica com três expressivos momentos de luta e resistência das mulheres: a 1ª Marcha das Mulheres Indígenas, a 6ª Marcha das Margaridas e o lançamento da Frente Parlamentar Feminista Antirracista com Participação Popular, no Congresso Nacional.

1. Este texto é uma versão cumulativa e brevemente alterada de diferentes matérias escritas no âmbito da cobertura colaborativa realizada pela Coletiva de Comunicação da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), em parceria com Universidade Livre Feminista (ULF) e Blogueiras Feministas, organizada especialmente para cobrir, em agosto de 2019, a Marcha das Mulheres Indígenas, a Marcha das Margaridas e o lançamento da Frente Parlamentar Feminista Antirracista com Participação Popular.

A primeira destas ações levou à capital nacional mais de 2500 mulheres, de 130 povos distintos e provenientes das diversas regiões do país. Começando no Dia Internacional dos Povos Indígenas – 09 de agosto – esta 1ª Marcha das Mulheres Indígenas foi marcada por uma série de atividades que expressam a luta destas mulheres, tais como: ações contra a mineração em terras indígenas, o Fórum Nacional das Mulheres Indígenas, em defesa da saúde indígena e audiência no Supremo Tribunal Federal.

No dia 12 de agosto deste mesmo ano, centenas de manifestantes ocuparam a Secretaria Especial da Saúde Indígena (Sesai) em defesa da política de saúde específica e diferenciada para esta população, contra o desmonte do subsistema de saúde indígena, contra a municipalização da saúde indígena e pela saída de Silvia Nobre Wajãpi, nomeada pelo governo federal em abril de 2019 para a coordenação desta área da saúde. A liderança Sonia Guajajara afirma que, apesar da coordenadora se apresentar como indígena, não está a favor do seu povo, mas sim do governo e reitera que seguem em luta por uma saúde que possa atender os povos de forma adequada, respeitando a Constituição Federal. “As coisas que o governo coloca lá dentro são vistas como uma forma de presente, mas na verdade não é um presente, é um direito que a gente, nossos pais, nossos tios, nossas mães brigaram para a gente ter e eu queria muito que as mulheres conhecessem essa luta e elas estão sentindo na pele essa emoção de encontrar várias parentes falando dos mesmos problemas e entrar aqui e ocupar esse espaço que é nosso é uma coisa inédita”, afirma Watatakalu Yawalapiti, da coordenação de mulheres da Associação Terra Indígena Xingu (ATIX).

A partir do lema “Território: nosso corpo, nosso espírito”, no dia 13 de agosto, mais de 2500 mulheres saíram em marcha do Complexo Cultural Funarte em direção ao Congresso Nacional. Para Luisa Canuto, da etnia Tabajara, e militante da Marcha Mundial das Mulheres, que saiu do Ceará: “A partir do nosso corpo, nós exigimos respeito, nós precisamos de respeito. Para nós termos saúde de qualidade, é preciso que nós tenhamos acesso a nossa terra para nós produzirmos alimento de qualidade, para nós termos acesso à água e, também, através da terra, nós termos acesso às políticas públicas que venham complementar toda essa riqueza natural que é dada pelo nosso pai

Tupã. Então, a nossa luta principal é a gente ter a nossa terra demarcada para nós podermos dizer que somos mulheres dignas”.

As ações que marcaram a 1ª Marcha das Mulheres Indígenas tiveram continuidade com a 6ª Marcha das Margaridas. Ao falar de como as duas marchas estão conectadas, Sonia Guajajara afirma que: “Certeza que somos nós, mulheres, que vamos estar sempre nessa linha de frente contra tudo o que nos oprime, contra todas as injustiças, lutando e dizendo que machismo, violência não é cultural e nós estamos aqui, enquanto mulheres indígenas, para marcar essa força e essa posição de que nós seguimos na luta em defesa dos nossos territórios, da mãe terra, não só por direito, mas pela garantia das nossas vidas”.

Com mais de 100 mil pessoas, Brasília amanheceu florida no dia 14 de agosto de 2019, uma quarta-feira, em que se realizou uma das maiores ações de mulheres da América Latina. A partir do lema “Por um Brasil com soberania popular, democracia, justiça e livre de violência”, mulheres de diversas partes do país foram à Brasília expressar suas reivindicações e denúncias diante de uma série de violações de direitos e de ameaças a programas e políticas públicas. Mulheres das cidades se juntaram a outras – dos campos, das águas e das florestas – para homenagear Margarida Alves, líder sindical paraibana assassinada em 1983 por conta dos latifúndios. Na véspera daquele dia florido, centenas de ônibus levaram as milhares de pessoas ao Pavilhão do Parque da Cidade, onde aconteceram diversas atividades – rodas de diálogo, oficinas, shows – em preparação à Marcha. Já às 6h daquela manhã de margaridas na capital nacional, era possível ver milhares de pessoas posicionadas com suas bandeiras para saírem em direção à Esplanada dos Ministérios.

Em meio a milhares de pessoas circulando pelo Pavilhão de Eventos do Parque da Cidade na vasta programação do dia anterior à Marcha das Margaridas, havia a possibilidade de desfrutar de um momento para exercitar o autocuidado e debater sobre o seu significado junto à noção de cuidado entre ativistas. Numa conjuntura perversa e de culto ao individualismo, práticas desse tipo parecem não ter espaço em um conturbado dia-a-dia ocupado por diversas demandas de sobrevivência. A roda de Cuidado e Autocuidado entre Ativistas contou com momentos de automassagem e de meditação guiada para

o começo da conversa sobre o que o cuidado e o autocuidado significam para cada participante e qual a sua importância. A partir de uma abordagem individual, passou-se à dimensão coletiva, de pensar como os movimentos sociais inserem essas questões no seu cotidiano de atuação e percebeu-se como o fortalecimento de cada uma acaba por fortalecer a luta coletiva, já que envolve também questões de confiança e de construção em comum.

Outro espaço que agregou dezenas de mulheres foi o da roda de diálogo “Fundamentalismo: a pedra no caminho da nossa liberdade e autonomia”, que integrou a programação de atividades autogestionadas da Marcha das Margaridas. Facilitada pela Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), foi marcada por uma vasta discussão sobre como o fundamentalismo religioso tem interferido na vida das mulheres. Segundo Jolúzia Batista, uma das organizadoras desta roda, o momento era de dialogarem como o fundamentalismo tem se materializado na vida das mulheres e tem atuado no retrocesso de seus direitos através, por exemplo, da reforma da previdência, que quer recondicionar as mulheres ao papel de subalternidade, restringindo sua atuação à esfera doméstica e do cuidado.

As mulheres também contaram com a roda de diálogo “Sociobiodiversidade na Panamazônia”, onde saíram depoimentos de situações de violência e violações no campo da justiça socioambiental e discussões sobre o que isso representa na vida das mulheres. Os latifúndios, o uso indiscriminado de agrotóxicos, o desmatamento, a poluição dos rios, a má distribuição da água e falta de saneamento foram algumas das questões debatidas. Ao mesmo tempo, esta roda foi uma ocasião oportuna para pensar formas de enfrentar essas problemáticas coletivamente. “Como a gente enfrenta todos esses problemas? Seguindo na luta. Garantir mulheres em espaços de poder institucional e valorizando a importância das pessoas ocuparem as ruas, como a própria Marcha das Mulheres Indígenas e das Margaridas nos mostram”, afirmou Rivane Arantes, integrante da AMB. Outra estratégia de enfrentamento referida foi o Fórum Social Panamazônico, que reúne pessoas que estão na região para discutir questões específicas, que estão relacionadas ao modelo de desenvolvimento, ao extrativismo, aos problemas resultantes desse modelo

de desenvolvimento. Com a campanha lançada em 2017 com o lema “Nosso corpo, nosso território”, as mulheres revelam que, além do capital, o patriarcado e o racismo são também estruturantes de como o desenvolvimento acontece.

A militante da Articulação de Mulheres Brasileiras, Silvia Camurça, avalia que: “Essa semana teve o significado de reforçar a autoconfiança das militantes de que somos capazes, temos força, podemos mobilizar, que a gente é capaz de aguentar tudo, atravessar as dificuldades e fazer acontecer. Isso é fundamental para continuar na luta”. A integrante da Marcha Mundial das Mulheres, Nathália Diórgenes reitera essa perspectiva, colocando que: “Foi grandioso, a gente conseguiu realmente tomar o Eixo Monumental, então, eu avalio como muito positivo e de muito engajamento e é uma construção nossa. Mostra que, dentro de um contexto de conservadorismo e criminalização da organização política, a gente consegue se organizar, se reorganizar, se afinar e estarmos aí em marcha nesse momento”. As colocações das feministas estão relacionadas também ao lançamento da Frente Feminista Antirracista com Participação Popular, que aconteceu no dia 15 de agosto, no Congresso Nacional.

Liderada por Talíria Petrone, deputada federal eleita pelo PSOL do Rio de Janeiro, a Frente Feminista Antirracista com Participação Popular tem a coordenação compartilhada por mais cinco deputadas: Alice Portugal (PCdoB-BA), Lídice da Mata (PSB/BA), Tereza Nelma (PSDB/AL), Erika Kokay (PT/DF) e Joenia Wapichana (Rede/RR), primeira indígena a ser eleita para este cargo no Congresso Nacional. Fazem parte também seis organizações da sociedade civil: Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), Articulação de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB), Marcha Mundial das Mulheres (MMM), Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas (Renfa) e Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB).

Para Áurea Carolina, deputada federal por Minas Gerais: “Atuar nesse local significa enfrentar no parlamento os ataques que nós estamos sofrendo nessa conjuntura terrível de retrocessos, retirada de direitos. As parlamentares que estão fazendo essa luta dentro da institucionalidade precisam desse suporte dos movimentos sociais e a gente também daqui tem muito como colaborar”. A deputada mineira reitera que é uma forma de mostrar que não estão sozinhas

e que, junto delas, estão milhares de Margaridas, mulheres indígenas, negras e diversas outras. É o que também relata Elzanira da Silva, integrante do Fórum de Mulheres de Pernambuco, “Nós saímos daqui fortalecidas, vendo mulheres de todas as regiões e territórios afirmando que somos capazes, que mulheres negras têm o seu espaço e o seu lugar”. Sobre isso, Erika Kokay reitera que: “As mulheres negras são as maiores vítimas de feminicídio e os jovens negros são os que enfrentam todos os dias o extermínio de toda uma geração e que estão lotando os presídios, os navios negreiros da pós-modernidade”. Em muitas das falas, via-se que não faz sentido separar os termos “feminista” e “antirracista”, pois, para elas, essas lutas não se desvinculam e enfrentar sistemas de opressão como patriarcado e capitalismo é encarar que eles atingem, sobretudo, as mulheres negras. “Eu acho que a gente pode burlar esse cerco, que a gente pode ficar mais forte para resistência. E, no mínimo, se a gente não conseguir avançar nesse Congresso fundamentalista, conservador, nós seremos a resistência para que nenhum passo atrás seja dado”, analisa Schuma Schumacher.

Talíria Petrone reitera que o espaço institucional é pouco representativo da maioria do povo negro, especialmente, das negras. “Eu acho que as pautas que envolvem a maioria das mulheres que estejam colocadas aqui como momento de avanço do fundamentalismo religioso, de avanço de um setor reacionário que quer avançar sobre nossos corpos, é muito importante uma Frente que conecte deputadas com movimentos, deputadas com os territórios, deputadas feministas com os territórios para lutar pela nossa liberdade de existir”.

A sessão foi encerrada com dizeres: “Marielle vive, Marielle viverá, mulheres negras não param de lutar”; “Antirracismo é revolução”; “Feministas contra o machismo, feministas contra o capital, feministas contra o racismo, contra o terrorismo neoliberal”; “Vai avançar o feminismo popular”.

No lançamento da Frente Parlamentar, também estiveram presentes várias mulheres que haviam participado das Marchas das Indígenas e das Margaridas. Este ato finalizou o que pode ser considerada uma semana histórica para luta desses sujeitos no contexto brasileiro. Para quem atua nos estudos dos movimentos sociais, também é um campo vasto de análise e de possibilidades de abordagens. Embora ações desse tipo não sejam uma novidade, como a Marcha das Margaridas, o contexto social demanda da sociedade civil uma capacidade

de se reinventar e, em especial, os movimentos sociais e os três acontecimentos brevemente relatados neste texto são, certamente, inspirações para a luta dos povos que teimam em continuar vivos. Margaridas e indígenas, por exemplo, seguem se preparando para outras demandas, como eleições municipais, luta por mais mulheres no poder, dentre outras; e a referida Frente Parlamentar segue sendo um importante espaço de interlocução com a militância feminista antirracista.

Recebido: 20/10/2019

Aceito: 20/12/2019